

SP prepara primeiras 1.850 unidades do programa Moradia Segura

Iniciativa prevê 600 cartas de crédito e 1.250 unidades habitacionais

O Governo de São Paulo avança na implementação do programa Moradia Segura e vai beneficiar 1.850 agentes estaduais de segurança pública com subsídios para a aquisição da casa própria. O anúncio desta nova etapa do programa, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) e Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitação (CDHU), foi realizado nesta terça-feira (24), durante o evento São Paulo Mais Seguro, que celebrou uma série de investimentos para as forças de segurança do estado.

A nova fase do programa tem início nesta quarta-feira (25), quando os servidores já cadastrados deverão confirmar a manifestação de interesse. Os interessados terão até as 18h do dia 10 de abril para se manifestar. Haverá destaque para a página de inscrição nos sites da CDHU, da SDUH, da SAP e da SSP.

“Nós temos 39 mil inscritos e estamos liberando aqui as primeiras 1.850 unidades. São 1.250 apartamentos mais 600 cartas de crédito. Com esse chamamento, vamos verificar o que cada um quer, onde cada um quer morar e verificar o atendimento de determinados requisitos para darmos início à distribuição das cartas e das unidades habitacionais”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

O programa prevê a concessão de 600 cartas de crédito de até R\$ 250 mil, com prazo de financiamento de até 360 meses. O valor financiado não poderá ultrapassar o valor de avaliação do imóvel, limitado a R\$ 350 mil. Também está prevista a viabilização de 1.250 unidades habitacionais pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), destinadas a policiais civis, militares, técnico-científicos e penais que atendam aos critérios do programa.



Servidores já cadastrados deverão confirmar a manifestação de interesse a partir de quarta

Os imóveis deverão estar localizados no Estado de São Paulo. Tanto as cartas de crédito quanto as unidades habitacionais serão distribuídas proporcionalmente ao número de servidores inscritos em cada carreira. Do total de moradias, 350 serão implantadas na cidade de São Paulo e 900 no interior. Na capital, as unidades estarão distribuídas entre as regiões Central (22), Leste (108), Norte (180) e Sul (40). A previsão é de que a maior parte das obras seja concluída até o segundo semestre de 2027.

No interior, as unidades serão construídas em 67 municípios de dez Regiões Administrativas: Araçatuba (75), Bauru (99), Campinas (106), Marília (77), Presidente Prudente (81), Ribeirão Preto (60), São José do Rio Preto (184), São José dos Campos (33), Região Metropolitana de São Paulo (50) e Sorocaba (135). As cartas de crédito

serão utilizadas para aquisição de imóveis indicados pelos próprios beneficiários.

As moradias serão destinadas aos agentes que se inscreveram por meio do Edital nº 001/2025, lançado pelas secretarias de Segurança Pública (SSP) e de Administração Penitenciária (SAP). Ao todo, foram registradas 39.152 famílias inscritas: 29.177 da Polícia Militar; 2.841 da Polícia Civil; 232 da Polícia Técnico-Científica; e 6.902 da Polícia Penal.

As unidades são destinadas a famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, enquadradas nas categorias Habitação de Interesse Social (HIS2) e Habitação de Mercado Popular (HMP). Atualmente, cerca de 90% do efetivo da Secretaria de Segurança Pública e 96% dos profissionais da Secretaria de Administração Penitenciária estão dentro das faixas de renda elegíveis ao programa.

A produção de moradias nessas faixas integra a política habitacional paulista e o plano de negócios da CDHU, com o objetivo de ampliar o atendimento e viabilizar novos projetos habitacionais.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, também esteve presente na cerimônia e explicou que, pela quantidade anunciada, as novas unidades destinadas aos policiais representam uma reparação histórica em comparação ao total já entregue. “Disponibilizamos mais de 1,8 mil imóveis, ou seja, quase 40% do que foi feito em toda a história da CDHU. Até então, 4% das unidades feitas pela CDHU eram destinadas a policiais, o que, ao longo de 25 anos, resultou em 4,7 mil imóveis. Esse número, considerando os 40 anos de existência da Companhia, torna-se ainda menos representativo”, detalhou.

Polícia de São Paulo prende suspeitos de aplicarem golpe do ‘falso advogado’

Fernando Frazão/Agência Brasil

A Polícia Civil de São Paulo prendeu durante uma operação, nesta terça-feira (24), quatro pessoas que aplicavam o golpe do “falso advogado”. No estado, foram expedidos seis mandados de busca e apreensão.

As investigações apontam que os criminosos se passavam por advogados das vítimas e informaram que o precatório – requisições de pagamento emitidas pelo Judiciário para quitar dívidas de entes públicos – havia saído. Em seguida, era solicitado o pagamento de taxas inexistentes via Pix.

Os golpistas sabiam que as vítimas tinham um precatório a receber, pois consultavam processos judiciais em andamento através do sistema da Justiça. O acesso ao sistema era possí-

vel porque os criminosos conseguiam a senha dos legítimos advogados das vítimas.

Após obter as informações, os suspeitos clonavam a foto do advogado das redes sociais e ligavam para as vítimas. De acordo com a polícia, o crime ocorria em São Paulo e migrava para outro estado quando a vítima fazia o pagamento.

A ação faz parte de uma operação liderada pela polícia de Santa Catarina, com suporte do Núcleo de Inteligência do Tribunal de Justiça de SP. Após a execução dos mandados, os autos serão formalizados na 2ª Delegacia de Capturas, no Palácio da Polícia Civil. Os investigados responderão pelo crime de estelionato qualificado de natureza cibernética.



Golpistas se faziam passar por advogado das vítimas

Como evitar o golpe

O golpe de falso advogado geralmente busca persuadir a vítima a fornecer dados pessoais, como chaves de acesso ao Pix,

senhas ou informações de contas bancárias. Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o esquema criminoso é eficaz porque os golpistas têm acesso aos dados

inseridos nos processos judiciais, que são públicos.

Os criminosos enganam as vítimas de várias maneiras. Podem se passar por representantes de instituições financeiras e pedir dados sigilosos sob o pretexto de “resolver um problema”. Também enviam mensagens fraudulentas por e-mail, SMS ou redes sociais contendo links para páginas que visam roubar informações pessoais.

Para evitar cair no golpe, a OAB orienta jamais acreditar em pessoas ou números desconhecidos. O cliente deve também sempre verificar a veracidade da informação recebida por WhatsApp, seja entrando em contato com o advogado através dos canais oficiais ou comparecendo pessoalmente ao escritório de advocacia.